



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS - CCSAH
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - DCHU
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - LEDOC**

FRANCISCA RENATA RODRIGUES OLIVEIRA ROCHA

**A MULHER CAMPONESA: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS PARA A
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I, AREIA
BRANCA/RN.**

MOSSORÓ/RN

2019

FRANCISCA RENATA RODRIGUES OLIVEIRA ROCHA

**A MULHER CAMPONESA: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS PARA A
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I, AREIA
BRANCA/RN.**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Janaiky Pereira de Almeida

MOSSORÓ/RN

2019

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

ROCHA, FRANCISCA RENATA RODRIGUES OLIVEIRA ROCHA.
A MULHER CAMPONESA: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS
PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO
CASQUEIRA I, AREIA BRANCA/RN / FRANCISCA RENATA
RODRIGUES OLIVEIRA ROCHA ROCHA. - 2019.
46 f. : il.

Orientador: . Janaiky Pereira de Almeida
PEREIRA.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de , 2019.

1. Mulheres; Participação Política;
Assentamento.. I. PEREIRA, . Janaiky Pereira de
Almeida , orient. II. Título.

FRANCISCA RENATA RODRIGUES OLIVEIRA ROCHA

**A MULHER CAMPONESA: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS PARA A
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I, AREIA
BRANCA/RN.**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais

Defendida em: 17 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a. Janaiky Pereira de Almeida - Orientadora
(UFERSA)

Prof^a Dr^a Kyara Maria de Almeida Vieira (UFERSA)
Membro Examinador

Prof^a Dr^a Jamira Lopes de Amorim (UFERSA)
Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

Á **Deus** primeiramente, pois sem ele nada disso teria acontecido, pela força indeterminada que tem me dado, por ter me levantado todos os dias quando não queria mais prosseguir, pela minha saúde, pelo privilégio de conhecer amigos e professores que me fizeram rir e aprender muito com eles.

Aos meus pais por ter me dado força, por ter chegado até aqui, em especial minha mãe **Tonha**, pelos carões quando queria desistir e ela dava força para continuar. Ela me ajudou muito com minhas filhas e sempre teve uma dedicação imensa para que eu continuasse estudando.

Aos meus tesouros que são minhas filhas **Ana Clara** e **Ana Beatriz**, pelo carinho e atenção que me dão nesses momentos.

As minhas **irmãs** e **irmão**, pois contribuíram muito para que eu concluísse esse curso, em especial minha irmã **Jessica**, pois no momento que mais precisei com minha filha pequena ela me ajudou para que pudesse ter acesso à universidade.

A minha sogra e sogro **Genilza** e **Dioberto**, por ter também me ajudado muito com minhas filhas, e meus cunhados.

Ao meu marido **Diógenes** pelo apoio, paciência todos esses quatros anos e meio em que passei na universidade, pois, tem me dado força para continuar e segurado a barra em nosso lar.

As **entrevistadas** por ter concedido as entrevistas as quais foram fundamentais para as reflexões em meu trabalho.

Em especial a minha orientadora **Janaiky**, por ter me apoiado e pela sua compreensão, e por todo o conhecimento que me tem repassado.

Aos **amigos universitários** que tem me apoiado nesses últimos momentos e tem sido bastante significativo para mim, pois tem me apoiado bastante, a **Raimunda Janaina**, **Paula Fernandes**, **Tatiane**, **Alexsandro**, e em especial minha prima **Emiliane Mello** onde temos nos assegurado uma na outra nesses últimos momentos.

Aos amigos vizinhos que tem me dado bastante força e orado por mim nessa caminhada. A minha amiga **Edinete**, **Dameres**, **Gabrielly**, **Luciomario Dona Cícera**, e toda a Família Maia, recebam essa imensa gratidão pelo seu patriarca que

não se encontra mais entre nós **Seu Cicero Maia** (In Memória), onde tinha o desejo de ver-me formada. Eternas saudades.

Todo Líbano celeste que tem orado por mim.

E enfim por todos que contribuíram direta e indiretamente por meu crescimento pessoal.

“Educar um homem é educar um indivíduo, mas educar uma mulher é educar uma sociedade”.

Rose Marie Muraro

RESUMO

A história do Brasil é repleta de lutas de classes sociais que em geral reivindicavam por direitos de igualdade. Nesse cenário podemos evidenciar as mobilizações femininas. Nosso estudo traz um breve histórico de lutas e conquistas das mulheres no mundo e principalmente no país. Temas como patriarcado, violência doméstica, empoderamento e participação política são focos de nosso trabalho. Os objetivos que embasaram a elaboração do trabalho tinham como pretensão identificar que fatores inibem a participação das mulheres nos espaços públicos na comunidade Casqueira I, identificar a existência ou ausência da participação das mulheres em entidades organizativas como Associações e Sindicatos; Entender como as relações familiares inibem ou potencializam a participação política das mulheres nos espaços públicos e Reconhecer suas histórias de vida e desafios. Como procedimento metodológico, nos norteamos através dos estudos de Cisne e Santos, (2018); Costa (2005); Freyre (2000); Samara, Eni de Mesquita (1986), dentre outros autores que nos proporcionaram um maior embasamento sobre as temáticas abordadas no decorrer do trabalho. Na pesquisa de campo realizamos quatro entrevistas com mulheres do assentamento Casqueira I, localizado no município de Areia Branca/RN. Analisando os discursos das entrevistadas vimos que a maioria das mulheres não participa das assembleias realizadas pela associação dos moradores em Casqueira I. As poucas que participam estão lá apenas como expectadora e não expressam suas opiniões ou sugestões. Esta realidade é expressão da sociedade patriarcal que destina a mulher apenas ao espaço doméstico, não estimulando sua participação política. Como contraponto a esta situação ressaltamos a importância das articulações e mobilizações das mulheres, na cidade e no campo.

Palavras – chave: Mulheres; Participação Política; Assentamento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I – DESIGUALDADES DAS MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA	10
1.1 Brasil e suas raízes de patriarcado	10
1.2 Violência contra a mulher	13
1.3 Empoderamento das mulheres: Algumas considerações	15
CAPÍTULO II – MULHERES CAMPONESAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	17
2.1 Participação política das mulheres no país: Alguns entraves.....	17
2.2 Luta das mulheres camponesas por maior igualdade de trabalho e vida no campo.....	19
CAPÍTULO III – POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I	21
3.1 História do Assentamento	21
3.2 – Mulheres de Casqueira I e sua participação política.....	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICE	40

1 INTRODUÇÃO

Nosso ponto de partida para compreensão sobre a situação das mulheres na sociedade e sua participação política parte do entendimento, baseado nos estudos feministas sobre a formação social brasileira, bem como de autores clássicos da sociologia, de que nossa sociedade é patriarcal, classista e racista. As mulheres têm vivido uma trajetória de conflitos que se difunde com a história do Brasil.

No período colonial as mulheres europeias vindas para residir no Brasil eram totalmente submissas aos maridos e confinadas em casa com a única tarefa de cuidar do lar e dos filhos. Seus maridos católicos seguiam um padrão religioso com suas esposas que eram rapidamente rompidos quando se tratava das mulheres índias e negras. Ambas serviam como objetos sexuais e eram cruelmente violentadas. AMB (2011) fala:

Por que as mulheres de origem europeias eram obrigadas ao confinamento no espaço doméstico e à submissão à rígida moral sexual católica, enquanto as indígenas e africanas eram submetidas à violência sexual e à desumanização, vitimizadas pelo chamado estupro colonial. (AMB, 2011, p. 14).

Com o processo de industrialização e conseqüentemente urbanização, as mulheres foram ganhando mais espaço e conseguindo alguns direitos. Hoje as mulheres estão conseguindo cada vez mais visibilidade. O feminismo se tornou um movimento levado a sério e tem conquistado várias vitórias principalmente se tratando as discussões relacionadas à ampliação e consolidação dos direitos das mulheres.

O Brasil é considerado um dos países onde a violência contra a mulher é mais frequente. Cisne e Santos (2018) falam sobre os avanços neste sentido:

(...) as políticas públicas voltadas para a prevenção e o enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil ainda são incipientes. Reconhecemos avanços importantes como a Lei n.13.104/2015, que tornou o feminicídio crime hediondo, e a Lei Maria da penha (LMP), que qualifica a violência contra a mulher como crime e amplia seu entendimento para além da violência física, mas, também, inclui a psicológica, a moral, a sexual e patrimonial. (CISNE; SANTOS, 2018, P. 120)

Trazendo essas concepções para a vivência da mulher do campo a partir da análise do Assentamento Casqueira I, Localizado no município de Areia Branca/RN vimos à necessidade de discutir reflexivamente sobre o papel que as mesmas

ocupam dentro da comunidade. Hoje muitas mulheres conseguem promover o sustento da casa e educar seus filhos, sozinhas. No entanto existem muitas mulheres que ainda não tem consciência quanto a sua importância perante a comunidade local e perante a sociedade em geral.

O interesse pelo tema Mulheres e Participação Política no Assentamento Casqueira I surgiu na Universidade Federal do Semi – Árido, na disciplina de Estudos de gênero, raça e etnia e outras que destacavam a participação das mulheres nas comunidades. Aliado a isto está o fato de morarmos no assentamento há mais de anos e que nossa família é composta em sua maior parte por mulheres. Tendo em vista que algumas não contam com a figura do “patriarca” e tem autonomia em suas residências resolvemos fazer uma pesquisa mais detalhada sobre esta temática dando enfoque a participação política dentro da comunidade.

Os objetivos embasados neste trabalho visam identificar que fatores inibem a participação das mulheres nos espaços públicos na comunidade Casqueira I; identificar a existência ou ausência da participação das mulheres em entidades organizativas como Associações e Sindicatos; entender como as relações familiares inibem ou potencializam a participação política das mulheres nos espaços públicos e por último, reconhecer suas histórias de vida e desafios.

Como procedimento metodológico foi realizado entrevistas com quatro mulheres da comunidade Casqueira I com faixa etária de 28 a 70 anos de idade. O intuito da pesquisa foi conversar com mulheres de idades diferentes e assim analisar histórias de vida diferentes e seus pontos de vista sobre os assuntos abordados.

Vários assuntos ligados a participação política, estrutura familiar, educação, dentre outros, foram mencionados nas entrevistas. As informações levantadas foram importantes para um maior conhecimento da comunidade e principalmente sobre a participação das mesmas em movimentos políticos.

Buscamos assim com as discussões trazidas neste trabalho reconhecer os avanços alcançados pelas mulheres nessas últimas décadas, entender todo o processo histórico alcançado pelas mesmas, e visibilizar a necessidade de lutas contínuas por parte das mesmas, na busca pela superação das desigualdades. As mulheres camponesas não somente podem ter participação ativa dentro da política em sua comunidade, mas podem e devem se tornar protagonistas tendo sempre autonomia de suas vidas.

A seguir seguiremos nas discussões em torno das desigualdades das mulheres no Brasil e as principais formas que as mesmas encontraram para resistir a estas situações. No primeiro capítulo trazemos um breve resgate histórico sobre a forma de exploração e a resistência das mulheres. No capítulo 2 enfatizamos a história das mulheres camponesas e os entraves entrone de sua participação política dentro da comunidade. Por ultimo, falamos sobre a história sobre a fundação da comunidade Casqueira I, em Areia Branca/RN e sua participação política. Adentramos, adentraremos mais detalhadamente sobre nossa pesquisa com mulheres da comunidade envolvendo história de vida, e claro, as possibilidades e desafios da participação política das mesmas.

CAPÍTULO I – DESIGUALDADES DAS MULHERES NA SOCIEDADE BRASILEIRA E SUAS FORMAS DE RESISTÊNCIA

1.1 Brasil e suas raízes de patriarcado

Nossa história está repleta de lutas de classes sociais em prol de seus direitos. Isso acontecia, pois éramos dominados, colonizados e vivíamos em exploração (sendo explorados). Vários anos se passaram e muitas coisas mudaram, porém, alguns legados iniciados no período colonial, parecem não terem sido extintos do nosso cotidiano nos dias atuais. Fazendo uma análise desse período no Brasil podemos compreender que a luta das mulheres por seus direitos e igualdade é longa e essa luta coincide com o que foi denominado de patriarcado.

Um dos autores que bem caracterizou o patriarcado no Brasil, mesmo que indiretamente foi Gilberto Freyre. Segundo ele o patriarcado estabeleceu-se no Brasil justamente com o início da colonização portuguesa. Sendo assim, a base do patriarcado no Brasil é o regime de escravidão estabelecido aqui. Nesse contexto o patriarcado está ligado ao fato de que os homens da época tinham plenos poderes e as mulheres deveriam ser subordinadas a eles. A dominação dos homens era sentida em vários setores e os grandes senhores de engenho usavam deste domínio para exploração sexual e tinham a justificativa de seus atos alegando estar aumentando a população escrava e assim conseguir obter mais lucros. (AGUIAR, 2002).

Segundo Freyre (2000) o colonialismo português possuía uma sociedade semifeudal, e, portanto, era potencialmente agrária. Outras características desse período se expressam também na dimensão econômica e familiar. A economia era dominada por uma minoria que passaram a se chamar de patriarcas. Existia uma única forma de organização familiar reconhecida socialmente, que era justamente o senhor do engenho, das mulheres, dos filhos e que possuía total domínio sobre ambos, subordinados a sua autoridade suprema.

Segundo Samara (1986, p.201) “Uma senhora da elite, era envolta numa aura de castidade e resignação, devia procriar e obedecer. Até meados do século XIX a casa grande era o modelo perfeito do fechado mundo patriarcal”. Nesse sentido Saffioti (1979, p.170) traz uma descrição mais detalhada sobre a realidade feminina neste período no Brasil. Segundo a autora:

A mulher branca da casa-grande desempenhava, via de regra, importante comando e supervisão das atividades que se desenvolviam no lar. A senhora não dirigia apenas o trabalho da escravaria na cozinha, mas também na fiação, na tecelagem, na costura. Supervisionava a confecção de rendas e o bordado, a feitura da comida dos escravos, os serviços do pomar e do jardim, o cuidado das crianças e dos animais domésticos.

A mulher era vista (pode-se se dizer que muitos tem essa visão até hoje) como um sexo frágil e belo. Já o homem era forte e nobre. Essas diferenciações influenciavam decisivamente suas funções dentro da sociedade. As mulheres desenvolviam trabalhos domésticos, enquanto o homem se sobressaía com funções intelectuais, que exigiam racionalidade e, sobretudo comando.

Segundo Cisne e Santos (2008) a nossa sociedade teve e tem padrões patriarcais, racista e classista. Uma prova disso é que as mulheres brancas eram confinadas em suas casas e a sexualidade era algo norteado pela moral católica. No entanto, os maridos das mesmas, violentavam as índias e as negras em busca de satisfazer suas vontades. Os senhores de engenho e donos de grandes lotes de terra abusavam constantemente das escravas negras em busca de prazer e a violência sexual não era o único ponto atingido por eles; Tais ações maliciosas representavam também uma agressão psíquica pois as mesmas eram tratadas como um “objeto”.

Os filhos dos senhores de engenho seguiam os mesmos caminhos do pai. Algo natural na época era o fato de que a primeira relação sexual do rapaz era com uma escrava negra. Esses jovens muitas vezes não desenvolviam nenhum tipo de trabalho, tendo em vista que os trabalhos braçais eram vistos como degradantes para sociedade da época. A sexualidade era algo rotineiro entre os jovens que sem ter o que fazer, viviam ociosos. A busca por prazer era uma forma dos mesmos não sentir tédio. Esse pensamento era glorificado pelos pais e até mesmo compreendido pelas mães. Freyre (2000, p. 113) aponta que:

Nenhuma casa grande do tempo da escravidão quis para si a glória de conservar filhos maricas ou donzelões. O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com sua docilidade de escrava: abrindo as pernas ao primeiro desejo do senhor-moço. Desejo não, ordem.

A mulher escrava no período colonial ocupava um lugar de destaque nos negócios. Ela possuía a função de amante de seus donos, era trabalhadora braçal e

também reprodutora de força de trabalho. As múltiplas funções eram bem vista pelos seus donos, porém não significava que seu tratamento fosse melhor que os demais escravos. Os maus tratos eram cruéis. (CISNE; SANTOS, 2018)

A igreja católica também teve sua contribuição na organização familiar do patriarcado. Muitas famílias eram conduzidas através de dogmas da igreja que em nome da moral e da preservação do matrimônio, muitas mulheres deveriam ser submissas aos maridos¹. Essas mulheres criavam seus filhos segundo essas percepções e logo seus filhos reiniciariam o legado de submissão no caso feminino e de autoridade e comando no caso dos homens.

Como já dito anteriormente, as mulheres no período colonial no Brasil não tinham participação na vida pública. A sociedade era basicamente agrária, sendo assim as mulheres nesse período destinavam-se apenas as obrigações domésticas e a criação e educação dos filhos. De acordo com Coelho e Baptista (2009, p. 53) “grande parte do trabalho doméstico, incluindo os relativos aos filhos, era realizado pelos escravos”. As esposas dos senhores de engenho ficavam neste caso responsável apenas pela supervisão das tarefas. Nesse contexto, surge a atividade filantrópica que para a maioria das mulheres da época (pertencentes à classe social elevada) era uma forma de afastá-las um pouco de sua rotina tediosa.

Com o processo de industrialização e urbanização, a situação das mulheres mudou um pouco. Agora elas não ficavam aprisionadas na casa – grande, elas poderiam ir ao teatro e as festas da cidade. Podemos dizer, que o mundo mudou após o surgimento das indústrias e conseqüentemente o processo de urbanização. Porém o novo sistema econômico predominante não acabou definitivamente com o patriarcado. O modelo familiar patriarcal persistiu por muitos anos (ele vive até hoje).

Samara (1986, p.179) descreve a importância do surgimento das indústrias e sua influência na vida das mulheres daquela época:

Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os papéis no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios, rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior.

¹ Tais dogmas não são exclusividade da Igreja Católica, mas compõem a cosmovisão das religiões judaico-Cristã.

A história das mulheres no Brasil é agregada a lutas por seus direitos civis, políticos e sociais. De acordo com Gazele (2005) em 1843 foi criado o Instituto dos advogados Brasileiros e somente em 1906 tivemos a primeira advogada mulher, a mesma se chamava Myrhes Gomes Campos e passou a dar uma atenção especial para a questão jurídica das mulheres casadas no país. Muitos direitos eram negados e muitas leis forçavam as mulheres a viver de maneira humilhante perante a sociedade.

O tratamento jurídico no Brasil era desigual e até desumano. Gazele (2005, p. 68) dar um exemplo claro das barbaridades vividas pelas mulheres. A autora aponta:

Embora a mulher no Brasil tivesse conquistado o direito político ao voto em 1932, a sua condição jurídica de relativamente incapaz significava um paradoxo. A mulher eleita senadora da república, por exemplo, que para viajar pelo país precisava da autorização do marido.

Uma situação como esta citada por Gazele parece inacreditável nos dias de hoje, mas para que a mulher tivesse a liberdade que possui atualmente, muitas lutas foram realizadas. Ainda segundo Gazele (2005) no código civil de 1916 a situação de submissão da mulher no país ainda era legitimada, a mesma era desconsiderada como pessoa portadora de capacidade civil e seus direitos eram escassos. Nesse contexto, o Estatuto da Mulher Casada criado em 1962 significou um passo importantes rumo aos direitos femininos. No entanto, o Estatuto da Mulher Casada apesar de significar um marco importante para a condição jurídica da mulher casada no Brasil muitos tópicos pleiteados pelas advogadas mulheres não foram atendidos, bem como ainda legitimava uma condição de submissão.

O fato das mulheres conseguirem o direito ao voto não significa necessariamente que as mesmas estejam exercendo plena cidadania, isso representa “uma conquista” dentro de um cenário composto de muitas outras reivindicações.

1.2 Violência contra a mulher

Um triste fato é que o Brasil é um dos países mais violentos quando o assunto é violência contra mulheres. Entre os anos de 2001 e 2011 mais de 50 mil mulheres morreram provenientes de crimes passionais. Dados mais atuais foram divulgados

no Anuário Brasileiro de Segurança Pública referente ao ano de 2019, e os dados são realmente alarmantes. Segundo o relatório 1.206 mulheres foram assassinadas e desse total mais de 88% dos casos o responsável é o companheiro ou o ex-companheiro. 61% das vítimas são negras e a maioria delas tinha no máximo o ensino fundamental. Houve 263.067 vítimas de agressão física, ou seja, a cada 2 minutos tem uma mulher agredida no Brasil.

A ideia de que a mulher é um sexo frágil e belo e o homem era forte e nobre focada no período colonial na organização da família patriarcal, podemos dizer que hoje possui um novo enfoque. O fato da mulher ser representada como sexo frágil e ainda submissa em algumas situações atualmente, a tornam alvos de violência doméstica. Camurça (2007, p. 05) explica:

Um primeiro conteúdo é a ideia de que nós, mulheres, somos subjetivamente oprimidas e objetivamente exploradas. Esta ideia, clássica no feminismo, permite-nos explorar a percepção desta dupla dimensão da nossa experiência, permite-nos refletir sobre os elementos simbólicos e os elementos materiais da dominação dos homens sobre as mulheres.

Muitos crimes contra as mulheres são classificados por “crimes passionais”, ou seja são delitos associados a uma forte emoção do agressor. Acontece geralmente após o fim de um relacionamento amoroso, por ciúmes, por ódio. Miranda et al. (2014, p. 102) traz uma definição: “crime passionais é aquele que está vinculado com a paixão, sentimento este que desencadeia emoções intensas”.

De acordo com Girão (2018) a violência cometida contra a mulher é cometida em cerca de 80% dos casos por parceiros ou ex parceiros. Nesse sentido a lei nº13.104/2015 torna hediondo o feminicídio. Outra importante vitória na luta dos direitos das mulheres foi a criação da lei Maria da Penha. A lei recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha, uma mulher que sofreu violência doméstica e que lutou bravamente contra os abusos sofridos. Desde a implantação da lei no Brasil os números de crimes contra as mulheres caíram. De acordo com Girão (2018):

A lei fez cair em cerca de 10% a projeção anterior de aumento da taxa de homicídios domésticos, a partir de 2006, quando entrou em vigor. Segundo os dados, a queda é atribuída ao aumento da pena para o agressor, ao maior empoderamento da mulher, às condições de segurança para que a vítima denuncie e ao aperfeiçoamento do sistema de Justiça Criminal para atender de forma mais efetiva os casos de violência doméstica.

Na luta contra as violências sofridas pelas mulheres no Brasil o disque 180 se apresenta com uma importante aliada as mulheres que procuram por ajuda. Segundo dados da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) apenas no primeiro semestre de 2018, realizou 523.339 atendimentos, dos quais 447.719 correspondem a disseminação de informações, 38.681 são registros de denúncias de violência contra a mulher, 34.158 são relatos de violência, 2.414 são reclamações recebidas, 325 trata-se de elogios e 42 sugestões. Sabemos que muitas mulheres sofrem em silêncio e tem medo de denunciar o agressor. A maioria das mulheres ligam para o 180 em busca de informações, a maioria querem saber sobre penalidades que o agressor pode sofrer. Após isso algumas seguem com a denúncia oficial ou simplesmente se omitem em seguir em frente.

Apesar dos avanços no país acerca de trabalhos de conscientização e atendimento as mulheres, é preciso permanecer atenta aos dados que as pesquisas não mostram. No Brasil existem muitos casos de mulheres que sofrem algum tipo de violência de seus maridos e que permanecem em silêncio. Essa é uma situação grave e que apesar de várias campanhas de conscientização acerca da denúncia, ainda existem mulheres que com medo de acontecer algo ainda pior a elas, permanecem em silêncio.

1.3 Empoderamento das mulheres: Algumas considerações

O termo Empoderamento (empowerment), nasceu nos Estados Unidos na década de sessenta através de vários movimentos civis de mulheres lutando pelos seus direitos. Esses movimentos tiveram uma repercussão tão grande que acabou fazendo parte das Metas do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000 com o apoio de 191 países, inclusive o Brasil. (CRUZ, 2018).

Foi considerado um marco inicial de abrangência mundial a I Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher que aconteceu em 1975 no México. Nesse mesmo ano a ONU considerou os anos de 1975 a 1985 a “década da mulher”. Em 1985 aconteceu no Quênia a III Conferência Mundial sobre a Mulher. Nesse encontro foi discutido ações que visam o progresso da mulher e consequentemente a garantia de seus direitos. (SIQUEIRA, 2014).

Nos anos seguintes muitas outras conferências, movimentos em prol da luta por igualdade e garantia dos direitos das mulheres foram realizadas. É fácil entender porque tantas mulheres no mundo estão insatisfeitas. Segundo Cruz (2018, p.111):

Em nenhuma sociedade, as mulheres desfrutam das mesmas oportunidades educacionais oferecidas aos homens. Sua jornada de trabalho é mais longa e o seu salário é menor. A desigualdade de acesso e de desempenho das meninas, em termos educacionais, é tanto quanto consequência dessas disparidades. A desigualdade educacional é uma das grandes infrações dos direitos das mulheres e meninas e também uma barreira importante do desenvolvimento social e econômico. Por isso, a educação tem sido identificada por muitos como uma poderosa ferramenta de mudança, constitui um fator que suscita meios de melhorar as condições das mulheres.

Atualmente ainda existe na visão de muitos homens a ideia de que a função da mulher é desenvolver suas tarefas domésticas, procriar e ser submissa. Do período colonial até os dias atuais, muitas coisas mudaram a visão de muitos homens mudou com relação a isso. Hoje, as mulheres juntamente com seus maridos, trabalham e ambos contribuem com o sustento da casa e também de afazeres domésticos.

No Brasil as raízes do patriarcado ainda têm repercussões nos dias atuais. Neste sentido, entre diversos elementos devemos nos preocupar com a mudança de vida dessas mulheres que só terão mais avanços quando elas mesmas conseguirem, se sobrepondo a cultura patriarcal, reconhecerem suas capacidades e de seu poder.

CAPÍTULO II – MULHERES CAMPONESAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

2.1 Participação política das mulheres no país: Alguns entraves.

A história nos mostra que a mulher sempre teve um papel secundário na vida política e social e apesar de diversos avanços, ela sofre discriminações até os dias de hoje, principalmente no que se refere à participação política no Brasil.

São vários os obstáculos para uma efetiva participação das mulheres no campo político no país, porém alguns fatores interferem decisivamente para isto. Trata-se do estereótipo difundido pela mídia que acaba reforçando a ideia de que os homens são mais “adequados” para participação política do que as mulheres. Ter homens envolvidos na política se tornou algo cultural no país, e as mulheres inseridas neste campo são vistas como “inexperiente, inapropriada ou até mesmo, incompetente”. Esses termos são rudes, porém representa a mentalidade de muitos brasileiros.

Esta visão do espaço de política como inapropriado para as mulheres vem atrelado ao debate sobre o espaço público para os homens e as mulheres destinadas ao espaço doméstico, considerado como espaço privado.

Lima (2015) traz um estudo muito pertinente que demonstra o quanto a participação política no país é pouco representativa. Segundo o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) O Brasil possui 51% de mulheres e 49% são homens. Apesar de maioria em números de habitantes, quando se fala em representatividade política esses números se tornam irrelevantes. Nas últimas décadas, muitas pesquisas têm focado na baixa representatividade feminina no Congresso Nacional, pois tem sido considerado como obstáculo a ser vencido na democracia brasileira. Segundo informação do Senado Federal (BRASIL, 2017), embora as mulheres representem sete milhões a mais de votos, ainda não têm representação proporcional a esse número no Parlamento. Em 2014, só onze por cento dos cargos em disputa em todo o país ficaram com candidatas. No Congresso, a bancada feminina tem 51 deputadas (9,94% das 513 cadeiras) e 13 senadoras (16% das 81 vagas)

Existem dois agravantes nos dados apresentados pela pesquisa acima, os quais são importantes refletirmos. Primeiro, fica evidente a inibição das mulheres ao se inserir no mundo político. Isso fica evidente quando um pouco mais de 19% das

candidaturas são do sexo feminino. É válido ressaltar que segundo o TSE (2019) através da Lei 9.504/1997 cada partido deverá, individualmente, indicar o mínimo de 30% de mulheres filiadas para concorrer no pleito. Isso poderia demonstrar um avanço, ou até mesmo uma vitória para os muitos movimentos feministas. Porém a realidade é que muitas mulheres se afiliam para “ajudar” aos partidos, muitas não têm nem a intenção de concorrer na campanha.

Outro fato lamentável apresentado por Lima (2015) é que apesar da pouca representatividade, o índice de apoio nos votos é ainda mais reduzido. Das 19% que concorreram ao pleito apenas 4% foram eleitas. O que entendemos nisso é que existe certo “preconceito” das próprias eleitoras em votar nas candidatas. Grossi e Miguel (2001, p. 176) traz um discurso de uma deputada estadual de São Paulo que expressa o que estamos refletindo.

Um dia, num comício, uma senhora de quarenta e poucos anos, acompanhada de sua filha, de uns 20 anos, disse-me que na sua casa todas iam votar em mim, mas que o marido não sabia daquela decisão que haviam tomado. Isso para mim foi muito significativo. Estamos quase mudando de século e ainda há maridos que não podem saber que a mulher, a filha, a mãe e a sogra vão votar em uma mulher. (Deputada Estadual Célia Leão - PSDB/SP).

Em seu discurso a deputada faz uma crítica muito pertinente, a mesma fala que em pleno século XXI ainda existem mulheres que são tão submissas ao seu marido ao ponto de ter que omitir seu voto. A situação parece surreal, mas representa a realidade de muitas mulheres, e esta situação pode ter haver com o fato de tão poucas mulheres serem eleitas no Brasil. Este fato traz consequências negativas para o processo democrático, uma vez que as mulheres precisam ter participação em todos os setores da sociedade, inclusive nas tomadas de decisões no legislativo. Grossmann e Nunes (2014, p.247) apontam que “a participação das mulheres na efetivação de uma nova cidadania, mais inclusiva e humanitária, é fundamental neste novo paradigma democrático”.

Acreditamos também que a modesta participação das mulheres na esfera política tem relação com o fato de ainda sustentarmos raízes patriarcais. Martello (2012, p.77) complementa nosso raciocínio acerca disso:

O contrato de dominação dos homens sobre as mulheres, que caracteriza o Patriarcado, tem como efeito a vertebração do espaço público enquanto

reduto masculino, e confinamento das mulheres ao âmbito privado, associado à emoção e à maternidade, considerado um espaço restrito à reprodução da vida, por isso não político. Esses pertencimentos são naturalizados através da imputação de características de personalidade que supostamente justificariam a adequação desses sujeitos aos espaços a eles associados.

De acordo com Biroli (2010), parece natural a exclusão das mulheres na esfera pública, deixando esse espaço ser quase que totalmente dominado pelos homens, já que os mesmos são mais “preparados” para essa função. A autora acrescenta ainda: “as mulheres não se interessariam pelos debates políticos e, menos ainda, por participar da política institucional porque estariam ‘*naturalmente*’, voltadas para o que lhes seria mais caro: a vida privada, a esfera doméstica, a maternidade.” (p. 274). Concordamos em parte com o que foi mencionado pela autora, porém é preciso entender que esse pensamento não se aplica a “todas” as mulheres. A ideologia em pensar que lugar das mulheres é junto as suas obrigações domésticas e materna é algo retrógrado e errôneo. Muitas lutas foram travadas para que as mulheres ganhassem mais espaço na vida social e isso inclui a participação das mesmas no ingresso a vida pública.

2.2 – Luta das mulheres camponesas por maior igualdade de trabalho e vida no campo.

A luta das mulheres camponesas se assimila a luta das demais mulheres que buscam por mais espaço, por direitos garantidos e por valorização.

Na década de 80 os movimentos feministas se ampliaram de maneira diversas, contemplando mulheres do campo e da cidade, bem como a participação de mulheres negras, da periferia, etc, expressando a diversidade das mulheres e de suas lutas. Um dos movimentos que protagoniza a luta das mulheres rurais é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)¹ que atualmente já possui uma história de luta de quase três décadas. Este movimento foi muito importante para as mulheres camponesas, já que muitas reivindicações e lutas em prol de seus direitos foram iniciadas com este movimento, tais como: direitos trabalhistas, especialmente inserção das mulheres camponesas como seguradas especiais da previdência. As mulheres camponesas lutavam por reconhecimento como

¹ Para maiores informações, consultar o site: <http://www.mmcbrazil.com.br/site/>.

trabalhadoras rurais, sendo assim as mesmas queriam os direitos que essa denominação merece. (BONI, 2013).

Nas palavras de Choinaski (1998, p. 225):

A realidade no campo, no início dos anos 80, era a seguinte: nós, camponesas, não tínhamos nenhuma participação, nem no sindicato, nem na cooperativa ou na política. Não éramos reconhecidas como trabalhadoras e cidadãs. Principalmente por meio da Igreja, começaram a discussão e a articulação de oposições aos sindicatos pelegos. Nesse mesmo período, também houve a necessidade de se fazer a sindicalização das mulheres. Porém, as mulheres ajudavam a ganhar os sindicatos e não tinham participação como associadas, e muito menos nas direções. Começou-se a discutir, então, a organização das mulheres, o Movimento de Mulheres Agricultoras.

Outro movimento de ações relevantes para as mulheres do campo é o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste- MMTR/NE². Além da luta por espaço, autonomia e fortalecimento da mulher camponesa, reivindicações sobre o meio ambiente também são pautas de luta. No movimento é importante pensar nos processos produtivos do meio rural, porém de forma sustentável.

Em 1990, os movimentos de mulheres rurais se articularam com demais grupos mistos do campo para lutar por políticas agrárias e reivindicar seus direitos sociais e econômicos. A articulação desses movimentos foi tão importante para as mulheres rurais que fez surgir a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR. Esse movimento se tornou macro e foi responsável por inúmeras conquistas não só para suas terras, mas benefícios para as mulheres camponesas. (SIQUEIRA, 2014).

Como vimos no decorrer de nosso estudo, as mulheres vivem em luta constante em busca de direitos e a fim de se libertar da submissão e de pensamentos arcaicos ainda enraizados em nossa sociedade, porém, se isto é algo tão latente nos centros urbanos, vimos que esta problemática se torna ainda mais agravante no campo. Em estudo sobre assentamentos no estado do Rio Grande do Norte Costa (2005, p.168) aponta: “Grande maioria dos assentamentos são presididos por homens e que possuem poucos membros do sexo feminino nas associações”.

² Para conhecer um pouco melhor das pautas do movimento, consultar site: <http://www.mmrne.org.br/>

CAPÍTULO III – POTENCIALIDADES E DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO ASSENTAMENTO CASQUEIRA I

3.1 História do Assentamento

Com base em conhecimentos empíricos e conversas informais com posseiros do assentamento Casqueira I, situado no município de Areia Branca/RN procuramos informações sobre como ocorreu o processo de fundação da comunidade. Os relatos dos primeiros moradores foram importantes para o andamento de nosso estudo.

Ficamos sabendo que a comunidade foi criada oficialmente em 1997, porém para que isso fosse possível, um grupo de homens e mulheres fez um acampamento dentro da comunidade a fim de pressionar órgãos responsáveis à criação do assentamento e garantir o direito a terra. Nesse contexto, vimos que de 1995 a 1997 várias famílias permaneceram em seus acampamentos, com restrição de água, sem energia e sem nenhuma infraestrutura adequada. Podemos entender então, que as mulheres juntamente com seus maridos ajudaram a fazer parte da história da comunidade. Elas também são protagonistas de todas as conquistas obtidas desde a fundação. Infelizmente, o fato de contribuir indiretamente, faz com que as mulheres sejam vistas como figuras secundárias dentro do assentamento.

Alguns poucos moradores de região próxima, onde atualmente é assentamento casqueira I, se reuniram e decidiram por iniciativa própria “capinar” (retirada de matos) de uma grande área e construir casas de “taipas”. As terras onde hoje está situada o assentamento Casqueira I, inicialmente era uma grande fazenda e tinha como proprietário Gerônimo Queiroz. Ainda segundo relatos dos primeiros moradores da comunidade, as terras passaram a ser em seguida de Telmo Barreto.

Após a tentativa de se apropriar das terras que se encontravam inativas, um pequeno grupo de moradores começou a residir nas pequenas casas de taipas dentro da propriedade, a intenção nessa ação era que através de reivindicações desse grupo de moradores, houvesse a criação de um assentamento rural. Os moradores, apesar da precariedade de seus recursos, eram organizados e conscientes de seus direitos. Nesse sentido criaram a associação de moradores e em seguida começaram a procurar órgãos responsáveis para a construção das casas e infraestrutura do assentamento. Tsukamoto e Asari (2003, p. 485) fala que

essa forma é bastante realizada como forma de pressionar os órgãos competentes. De acordo com as autoras:

O processo de assentamento se dá por etapas, uma vez que há muitas famílias na lista dos interessados em conquistar um pedaço de terra. Até a conquista da sua terra, há que se passar pela fase de acampamento, onde ocupam a terra improdutiva ou se instalam à margem dessa propriedade para pressionar às autoridades competentes, no caso o INCRA, na agilização da negociação e posteriormente na demarcação e distribuição dos lotes.

O acampamento aconteceu no ano de 1995 e somente em 1997, os moradores conseguiram finalmente o direito a posse da terra e foi dado início a construção das casas e consequentemente a criação do assentamento. A posse da terra significou uma importante vitória para os moradores, porém, a luta por direitos permaneceu por mais alguns anos. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA construiu e entregou casas, fez a divisão dos lotes para os posseiros e quem estava na área teve prioridade. Apesar da vitória em conquistar as residências e a terra legalmente, existia um longo caminho rumo aos demais direitos a serem adquiridos. O assentamento foi construído, porém ainda não tinha energia elétrica e a distribuição de água era feita de maneira muito precária.

O direito a luz elétrica e água são dois aspectos de constante luta para os assentados. Em se tratando da energia elétrica, sabemos que é um dos fatores importantes que motivam o desenvolvimento local. O acesso à energia elétrica é um direito básico de todos os cidadãos, a energia elétrica é necessária para o bem-estar de qualquer ser humano. O acesso permite, além da possibilidade de uso doméstico, maior inclusão social e aumento da qualidade de vida e, no meio rural, a eletricidade está associada no aumento da produtividade agrícola (RIBEIRO; SANTOS, 1994).

De acordo com Plansab (2013) é considerado atendimento precário o fornecimento de água por rede e poço ou nascente; a parcela de domicílios que não possuem canalização interna; recebe água fora dos padrões de portabilidade; passa por longos períodos de racionamentos; uso de cisterna para água de chuva, ou quando é distribuído em quantidade insuficiente para a proteção à saúde e utilização de reservatório abastecido por carro pipa. Sendo assim, entendemos que o abastecimento de água na comunidade de Casqueira I, desde sua fundação, foi

realizado de maneira precária. Já que até os dias de hoje, o abastecimento tem sido através de carro pipa e ainda de forma insuficiente.

É importante destacar que as mulheres estiveram presentes em todos os momentos de lutas e conquistas desde a fundação do assentamento até os dias atuais. Estiveram ao lado de seus maridos passando por uma série de limitações ainda quando o assentamento não tinha sido implantado. Atualmente se fala no papel primordial que teve a associação para a luta para a aquisição da terra, porém o apoio feminino, mesmo que indireto, não é reconhecido.

Foram construídas 32 casas, ou seja, 32 famílias foram beneficiadas. Além dos moradores que já estavam acampados no local antes da implantação do assentamento, outras famílias que viviam em lotes próximo da área também conseguiram ganhar uma casa. Além das casas dentro do assentamento, cada família conseguiu também um lote de terra para a agricultura e criação de animais. Inicialmente não existia orientação quanto a agricultura, não tinha empréstimos disponíveis ainda e os moradores não tinham recursos para plantar.



Assentamento Caqueira I. Acervo da autora. 2004.

Quase um ano após a criação do assentamento começou o fornecimento de energia. A fotografia acima mostra como a comunidade foi organizada. Nesse ano ainda não existia cisternas para armazenamento, isso só ocorreu através do projeto “1 milhão de cisternas” que teve início em 2013 mas que foi efetivado na comunidade a partir de 2004. O abastecimento era feito por carros pipas e armazenado em tambores, caixas acrílicas, etc.

Uma das primeiras medidas tomadas pelos moradores foi organizar uma associação. Agora que o assentamento foi construído e os mesmos tinham

legalmente a posse da terra, foi finalmente criado a Associação dos Moradores do Assentamento Casqueira I. Com a oficialização da associação se tornou mais eficaz as reivindicações feitas pelos assentados. Mesmo com a criação do assentamento e a entrega das casas, as lutas por melhorias continuavam.

As mulheres participaram de todas as etapas, de todas as lutas e de todas as conquistas. Mas, nosso estudo sobre a participação política nos dias atuais nos permite observar que as mulheres do assentamento Casqueira I pouco participam das decisões tomadas pela associação. Existe uma única mulher que faz parte da associação, ela ocupa a função de tesoureira. Essa inserção é importante, porém todo o contexto participativo das mulheres da comunidade continua sendo muito reduzido.

Fazendo uma comparação dos dias atuais com a infraestrutura da comunidade em sua fundação, são notáveis as melhorias, não só na parte estrutural, mas, consequentemente na qualidade de vida dos assentados. Desde 2006 existem cisternas coletivas para o armazenamento de água. Ainda não é o ideal, e o fornecimento continua causando reclamações aos moradores, porém houve melhoras com relação a quantidade de água distribuída durante o mês. Outra iniciativa importante foi a construção da quadra de esportes no assentamento. A quadra foi um projeto realizado através da Prefeitura Municipal de Areia Branca que atendeu principalmente as reivindicações dos jovens que gostariam de praticar esportes e ver nesta política pública uma forma de entretenimento e lazer.



Assentamento Caqueira I. Quadra de Esportes.
Acervo da autora. 2019.

Em 2018 através de uma reivindicação da associação, por meio de uma parceria com a Petrobrás foi conquistado recursos para a construção de uma sede própria. Além da construção da sede a Petrobrás disponibilizou recursos para reformas nas casas, compra de um trator para a comunidade, e cada posseiro titular recebeu um valor em dinheiro.



Assentamento Caqueira I. Sede da Associação para reuniões.
Acervo da autora. 2019.



Assentamento Caqueira I. Sede da Associação para Atendimento do PSF.
Acervo da autora. 2019.

Muitas vitórias foram conquistadas pelos assentados, uma delas foi a construção de uma escola para atender as crianças da comunidade. Para entender melhor esse contexto é preciso explicar que no mesmo ano em que foi construído o assentamento Casqueira I, foi feito também dois assentamentos de localidade próxima. Trata-se do Assentamento Casqueira II e Assentamento Santos Reis. A Escola Municipal Josimar Soares de Carvalho foi construída no assentamento

Casqueira II porquê atendia estrategicamente os alunos das comunidades mais próximas.



Assentamento Caqueira I. Acervo da autora. 2019.

Fazendo uma comparação dessa imagem com a fotografia tirada em 2004 podemos observar que as casas passaram por muitas reformas. Isso aconteceu mais intensamente em 2018, quando a Petrobrás liberou um recurso especificamente para reformas das residências, construção da sede, compra de tratores, além de uma negociação com os empréstimos que os assentados tinham no banco. A empresa quitou todos os empréstimos dos posseiros titulares, ou seja, desde o ano passado (2018) nenhum posseiro titular, exatamente os 32 titulares que receberam os títulos da terra em 1997, não possuem mais dívidas no banco. Outro ponto a ser mencionado é que o valor destinado para as reformas dependia do valor da dívida contraída pelo posseiro. Consequentemente, se o mesmo tivesse um valor alto de empréstimos, o valor da reforma seria reduzido.



Assentamento Caqueira I. Acervo da autora. 2019.

Nesta imagem observamos uma casa que tem ainda uma estrutura original. O dono da casa preferiu reformar a casa localizada no lote de terra, onde se localiza também o plantio.



Assentamento Caqueira I. Casas reformadas após liberação de recursos.
Acervo da autora. 2019.

Para entender melhor o porquê de tantos recursos fornecidos pela empresa é preciso saber que a Petrobrás usou um lote de terra referente a uma área coletiva do assentamento. Essa área foi detectada petróleo, sendo assim a empresa indenizou os assentados com recursos distribuídos em projetos: reformas, quitação de dívidas, compra de trator, construção da sede e um valor em dinheiro para cada posseiro.



Assentamento Caqueira I. Acervo da autora. 2019.

Nessa imagem podemos observar as mudanças nas residências após o projeto de reformas que vem acontecendo desde o ano passado. A maioria das residências atualmente, possuem muros, houve também ampliação das casas, trabalho de reboco, pintura, foi colocado cerâmica, etc. É válido ressaltar que essas reformas foram destinadas apenas para as 32 casas construídas originalmente no assentamento. As demais casas dos agregados não foram beneficiadas com o recurso.



Assentamento Caqueira I. Acervo da autora. 2019.



Assentamento Caqueira I. Galpão onde fica o trator da comunidade.
Acervo da autora. 2019.

Apesar das vitórias conquistadas, ainda existe algumas lutas a serem vencidas. Uma delas é a questão da água. O abastecimento continua sendo feito através de carros pipas e mesmo com o aumento da quantidade de água distribuída,

ainda assim, não é suficiente. A Petrobrás criou um projeto para a criação de um poço de água para a comunidade. O poço chegou a ser instalado, mas houve um problema de vazão de óleo. Foi chamado a CAERN e representante da prefeitura de Areia Branca para avaliar os custos do conserto, porém a CAERN deferiu que o valor para a manutenção seria muito alto e que para a empresa obter lucros com as contas mensais dos moradores era preciso expandir o poço não só para o assentamento Casqueira I, mas para os assentamentos vizinhos. Passando o caso para a prefeitura, a mesma analisou que os custos da manutenção seriam muito elevados, inviabilizando o projeto, pelo menos temporariamente. Essa questão ainda é luta entre os moradores que aguardam um dia ter êxito nesse aspecto.

Outra reivindicação importante da comunidade atualmente é sobre a criação de um posto de saúde dentro do assentamento. Existe o Programa Saúde da Família (PSF) e uma vez por mês tem atendimento médico, uma enfermeira e uma dentista. O atendimento acontece na sede da associação de moradores e conta com a ajuda da agente de saúde da comunidade que é responsável pelo agendamento, encaminhamentos, etc. Segundo os próprios moradores o atendimento não é bom, porque o local não possui recursos adequados para as consultas e o atendimento feito uma vez por mês é insuficiente para os assentados. Ainda assim, existe um outro agravante, muitas vezes por motivos diversos não existe atendimento. Existem postos de saúde no centro da cidade, porém nem todos possuem transporte para a locomoção, e assim é preciso ter recursos financeiros para custos com o transporte. A criação de um pequeno posto de saúde na comunidade é uma reivindicação bastante pertinente tendo em vista que a Constituição Federal garante saúde para toda a população brasileira. Segundo o artigo 196 do Capítulo II:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Concluindo nossa reflexão, em 1997 os moradores tiveram o direito à terra, cerca de um ano depois a luz elétrica e como vimos no decorrer do capítulo, gradativamente direitos foram garantidos. Porém, a luta por água e por uma saúde melhor atendida ainda são pautas de reivindicações. Esperamos que nos próximos anos esses aspectos também sejam atendidos.

3.2 – Mulheres de Casqueira I e sua participação política

Após entender como se deu o processo histórico do assentamento Casqueira I, iremos fazer uma pequena análise sobre as histórias de vidas das integrantes participantes de nossa pesquisa.

Realizamos 4 entrevistas com mulheres residentes do assentamento pesquisado. Uma agricultora aposentada, Maria Jovelina, casada, 70 anos; Uma agricultora aposentada, divorciada, 61 anos; A filha de posseiros, solteira, 28 anos; Uma agricultora, casada, de 39 anos.

Essas conversas foram importantes para obtermos uma visão mais abrangente sobre a participação das mesmas dentro do meio social, econômico e político.

Jovelina teve uma infância difícil e desde cedo teve que ajudar a sua família através do trabalho na lavoura. Por conta disso, não teve oportunidades de estudar e nunca obteve apoio dos pais para enfrentar as dificuldades de acesso a escola. Assim como acontece com a maioria das mulheres camponesa, Jovelina teve muitos filhos e por isso teve que se dividir entre as tarefas de casa, criação dos filhos e ajuda ao marido nos serviços da agricultura.

A entrevistada parece entender a importância da associação dos moradores da comunidade em prol do andamento do assentamento. Admite que frequenta sempre as reuniões, mas em seu discurso admite não falar nada nas reuniões e usa seu marido pra falar o que a mesma gostaria de opinar. Essa passividade e até “medo” de falar em público, está enraizado entre as mulheres que sentem receio ao demonstrar seu poder de voz e acham que política é “coisa para os homens”.

A entrevistada Maria das graças tem 61 anos, é uma das posseiras titulares que está na comunidade desde a sua fundação. Assim como muitas outras, a mesma teve infância difícil e não teve oportunidades para estudar. Sua família nunca a incentivou a seguir os estudos e atualmente conta com a renda da aposentadoria e apesar da idade já avançada, ainda trabalha no campo para garantir o sustento de sua família.

Com relação à participação política da entrevista, ela declara que está afiliada na Associação dos moradores e na associação dos trabalhadores. Ela disse que dificilmente perde uma reunião, mas assim como Jovelina, a mesma é apenas uma expectadora nas reuniões e mesmo querendo opinar sobre algo, se mantém em

silêncio, pois para a mesma as mulheres da comunidade não se interessam em participar de política, deixando essa função para os homens assumir.

A entrevistada 3 foi Geilza ela tem 39 anos é a única com ensino médio completo entre as entrevistadas de nossa pesquisa. É casada e tem um filho. Ambos não possuem renda fixa, e veem na agricultura a principal fonte de renda da família.

Questionada sobre sua participação política dentro da comunidade, a mesma disse que foi afiliada a associação apenas com o objetivo de preencher as vagas que estava faltando. Mesmo assim, ela disse que participa das reuniões, mas não costuma falar suas opiniões, pois segundo a mesma as mulheres do assentamento não tem oportunidade para tal.

Irinalda, nossa quarta entrevistada tem 28 anos, a mais jovem entre as entrevistadas é filha de posseiros titulares, é solteira e não tem filhos. A mesma não concluiu o ensino médio, não por dificuldades de acesso, mas segundo ela por não sentir vontade de estudar, a mesma não é afiliada a associação, em conversa declarou que não sente interesse em participar das reuniões, e fica sabendo do que é decidido em assembleia através dos seus pais que a conta. Mesmo não tendo muito conhecimento do que dito e feito nas reuniões, ela declarou que as mulheres da comunidade possuem participação ativa e que sempre expõe suas opiniões.

O que podemos analisar das quatro entrevistas é que de fato as mulheres se inibem a participação política, algumas participam e são assíduas nas reuniões, porém admitem que não tem “voz” diante dos discursos abordados. A participação das mulheres no assentamento nas reuniões promovidas pelo sindicato é meramente figurativa.

Uma das entrevistadas ao ser questionada sobre a participação da mesma nas decisões durante a reunião declarou:

Eu só chamo Chico antes da reunião, eu falo com Chico, mas dizer assim eu chegar e falar no meio do povo eu não falo não, porque é opinião minha pra nunca dizer nada na reunião. Eu falo com Assis e Assis é que fala. (Jovelina, 70 anos, 2019)

A resposta da entrevistada representa muitas agricultoras no Brasil que se inibem das decisões e recorre ao marido para ser porta-voz da mesma. Novamente encontramos uma situação que reforça o que já foi argumentado no decorrer do trabalho: “Patriarcado”.

Conversando com outra entrevistada sobre os motivos que a levaram a ingressar na Associação dos Moradores, Geilza, 39 anos, respondeu: “Só pra preencher a vaga que tava faltando pessoas, aí eu entrei nessa”. Novamente podemos observar um caso de total desconhecimento sobre a importância da participação política das mulheres dentro da comunidade.

Outra entrevistada tem o mesmo ponto de vista de Geilza. Graça, 60 anos diz: “As mulheres daqui eu acho que elas não têm muito interesse de participar dessas coisas”. Se referindo as reuniões realizadas na associação dos moradores. A quarta entrevistada, Irinalda, 28 anos, a mais jovem entre as mulheres participantes de nossa pesquisa, questionada se as mulheres possuem força política dentro do assentamento, a mesma respondeu: “Eu acho que sim né. Geralmente eu acho que as mulheres participam e dão muitas opiniões, é o que eu acho né”. Mas, sua opinião se torna contraditória quando ela mesma confessa não ser afiliada a associação e não participa de nenhuma reunião. Em conversa com a assentada, ela disse que sabe das decisões tomadas em assembleia através de familiares que participam e passam as informações.

Fazendo uma análise reflexiva sobre as questões respondidas pelas mulheres participantes de nossa pesquisa, o que vimos é que política é algo realizada pelos homens para os homens e as mulheres nesse processo são coadjuvantes e consideradas por muitos “sem capacidade” para ocupar cargos políticos. A consequência disto é que não são obtidos os mesmos benefícios, já que muitas de suas reivindicações não são discutidas em assembleia.

Questionadas sobre uma cooperativa na comunidade houve uma unanimidade nas respostas. Apesar de não existir nenhuma cooperativa no assentamento, todas demonstram interesse em participar caso houvesse. Porém, fica evidente que não existe nenhuma mobilização das mesmas para que isso ocorra. Apesar de terem conhecimento da importância que seria ter uma cooperativa feminina na comunidade, sobretudo no aspecto financeiro, as mesmas não lançam essas ideias em uma assembleia na associação de moradores ou mesmo não procuram pessoas que possam ajudá-las nesse processo. Ou seja, um ideal que fica apenas no imaginário das entrevistadas (e acreditamos que nas demais mulheres do assentamento) dificilmente se tornará realidade se nenhuma ação for tomada.

As mulheres possuem grande capacidade de decisão, elas são conscientes de todo o processo histórico que passou o assentamento e estiveram presentes em

todas as reivindicações e conquistas. No entanto, o que vimos é um silêncio arraigado das mesmas e o pouco interesse de se tornar uma integrante mais ativa nas decisões tomadas dentro das reuniões da associação. Lopes (2008, p. 12) explica essa “inibição” participativa das mulheres. Segundo ele:

Há questões específicas nas relações de gênero que impõem o seu tratamento vinculado à problemática geracional. Certamente, mulheres com filhos de idade mais elevada, capazes de assumir tarefas na casa e/ou no lote, ou mesmo com filhos que já saíram de casa, têm maior possibilidade de assumir diferentes níveis de participação política do que mulheres jovens, com filhos pequenos, que exigem maior cuidado. É neste caso que a questão de gênero possivelmente aflora em sua plenitude, uma vez que coloca em jogo a própria possibilidade de redefinição da divisão de trabalho doméstico e a naturalização do papel da mulher como aquela que é a responsável maior pela “criação” dos filhos e que lhe impõe atividades que ocupam todo o tempo, com certa rigidez de horários, como dar banho, lavar roupas, preparar alimentação etc. Nesse contexto coloca-se a demanda, cada vez mais constante, por creches e escolas infantis nos assentamentos, na medida em que há um reordenamento da lógica familiar que faz com que muitas vezes mães, sogras e irmãs, ou os parentes mais próximos não vivam perto e, assim, não possam dividir as tarefas cotidianas do cuidado das crianças. Ao lado disso, verifica-se a reprodução de concepções enraizadas sobre o que seja o trabalho feminino e, ao mesmo tempo, seu lento, mas progressivo questionamento.

A socialização entre as mulheres da comunidade poderia viabilizar uma sociabilidade fora da esfera familiar, isso é possível, porém mudar o ponto de vista enraizado de que as mulheres (do campo e da cidade) podem apenas lidar com assuntos domésticos é uma luta que só as mulheres podem travar. Infelizmente, pelo que vimos nas entrevistas pouco pode ser feito em prol a estas mudanças no assentamento Casqueira I, tendo em vista que as mesmas demonstram pouco valor sobre movimentos sociais, tomadas de decisões e participação política em geral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o processo histórico de lutas das mulheres por espaço e reconhecimento é importante, pois amplia nossa compreensão sobre a realidade em que se encontram as mulheres atualmente, em nosso país. É evidente que ganhamos inúmeras vitórias. As mulheres estão em quase todas as esferas sociais, e no mercado de trabalho as mulheres vem demonstrando sua capacidade e através disto as mesmas comprovam que o lugar da mulher não é somente na vida doméstica como está “enraizado” em nossa sociedade.

Apesar deste contexto, o cenário não é de “guerra vencida”. Muito pelo contrário, é de lutas contínuas. A mulher ocupa várias posições no mercado de trabalho, mas segundo pesquisas, ainda continua ganhando menos que os homens; atualmente a mulher ganhou mais espaço na esfera política, mas ainda assim é evidente o preconceito (inclusive de mulheres) em votar em candidatas ao pleito; a figura da mulher como frágil é algo muito predominante hoje em dia e com essas concepções, pesquisas revelam que a violência contra a mulher faz do Brasil ser um dos países líder do ranking mundial. A lei Maria da Penha significou um importante passo rumo à solução desse agravante, porém vimos que existe um longo caminho a rumo ao ideal.

A luta das mulheres brasileiras no Brasil, muito se assimila com a luta das mulheres camponesas, em se tratando de mais espaço e mais valorização. Se atualmente, vimos as raízes do patriarcado enraizado em grandes centros urbanos, fica ainda mais evidente ver esse contexto no meio rural.

As entrevistas realizadas com as mulheres do campo demonstrou que as mesmas não têm interesse na participação política dentro do assentamento. A maioria das mulheres não participam das reuniões realizadas pelo sindicato dos moradores e as que participam ficam apenas como expectadoras e não falam ou expressam suas opiniões. Entendemos que o principal motivo dessa limitação das mulheres na política, seja algo cultural, já que suas avós e mães também eram passivas diante do que era proposta na comunidade. A inibição e falta de interesse por parte das mulheres parece algo herdado de mãe para filha e isso vem repercutindo há muitos anos. Uma de nossas entrevistas tem 28 anos, e até mesmo as mulheres mais jovens possuem pensamentos arcaicos sobre uma participação mais efetiva nas decisões.

As mulheres já conquistaram muitos direitos e ganham cada vez mais espaço e reconhecimento, mas isso não aconteceu sem que houvesse mobilizações, sem política. Se as mulheres continuarem submissas quanto ao seu poder de decisão, nada mudará e todo esse progresso já conquistado será em vão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. **Patriarcado, sociedade e patrimonialismo**. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v15n2/v15n2a06.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2019.

AMB. **Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente**. Brasília: CFEMEA, 2011.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2019/09/apresenta%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf> Acesso em: 20 de outubro de 2019.

BIROLI, Flávia. **Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos**. Cadernos Pagu, nº 34, janeiro-junho de 2010.

BONI, Valdete. **Movimento de Mulheres Camponesas: Um movimento camponês e feminista**. Revista Grifos, N. 34/35 – 2013.

CAMURÇA, Silvia. **Nós Mulheres e nossa experiência comum**. Cadernos de Crítica Feminista, Número 0, Ano I, Recife: SOS CORPO, 2007.

CHOINASKI, L. Uma experiência prática de luta. In: BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (Org.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Maia Morais. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

COELHO, Leila Machado Coelho; BAPTISTA, Marisa. **A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público**. Revista Psicologia Política. vol.9 no.17 São Paulo jun. 2009.

COSTA, Maria José. **Uma leitura geográfica da reforma agrária potiguar**. Natal: UFRN, 2005.

CRUZ, Maria Helena Santana. **Empoderamento das mulheres**. Inc. Soc., Brasília, DF, v.11 n.2, p.101-114, jan./jun. 2018.

FORTUNA, Sandra Lourenço de Andrade. **Violência contra mulheres: elementos para reflexão**. Disponível em: http://www.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_mulher/capacitacao_rede%20modulo_1/dimensoes_da_violencia_contra_mulheres.pdf. Acesso em: 01 de junho de 2019.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIRÃO, Marcos. **Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)**. 2014. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lei-maria-da-penha-esquemmatizada/>. Acesso em: 01 de junho de 2019.

GROSSI, Pillar Míriam; MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8609.pdf>. Acesso em 22 de junho de 2019.

GROSSMANN, Lurdes Aparecida; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. **Algumas considerações sobre a participação política das mulheres no Brasil: da negação da cidadania e política de cotas**. p. 247. In: COSTA, Marli Marlene Moraes da (org.) *Direito e Políticas Públicas IX/ Marli Marlene Moraes da Costa e Hugo Thanir Rodrigues (orgs.)*. Curitiba: Multideia, 2014.

LC/RR/JB. **Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020.** 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em: 22 de junho

LIMA, Juliana Macedo. **Democracia no Brasil e participação das mulheres na política: algumas barreiras para o desenvolvimento democrático.** Seminário Internacional de Ciência Política Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Porto Alegre | Set. 2015.

MARTELLO, Laura França. **Mulheres, Política e Poder.** Em *Debate*, Belo Horizonte, v.4, n.5, p.76-83, ago. 2012. Disponível em: http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/artigo_resenha_laura12.pdf Acesso em 24 de junho de 2019.

MIRANDA, A.; ALVES, A.; PROFESSOR, C.; VILAR, G.; PORTO, I. M.; GONÇALVES, H. A. **Crime passional: a mulher de vítima a criminosa.** Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais Unit, v. 1, n. 2, p. 101-109, 2014.

PLANSAB. **Plano Nacional de Saneamento Básico.** Ministério das Cidades: Brasília, 172p, 2013

Relatório Semestral. **Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.** 2018.

RIBEIRO, Fernando Selles; SANTOS, José Francisco Martins. **Política de eletrificação rural: superando dilemas institucionais.** In: Revista do BNDES, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 131-152, dez. 1994

Saffioti, H. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A Família Brasileira.** 2.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero e Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza de. **Empoderamento de mulheres agricultoras: possibilidades e limites de um projeto de desenvolvimento rural no seminário baiano**. Salvador, 2014.

SODRÉ, E. S.; ROCHA, G.; MILSTEIN, J.; SANTOS, J.; SOARES, J. C.; HORA, L.; CALAZANS, L.; FONSECA, M.; GONÇALVES, H. **A. Homicídio Passional: quando a paixão se transforma em crime**. 2014. Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais Unit, v. 1, n. 2, p. 87-99.

TSUKAMOTO, Ruth Youko; ASARI, Alice Yatiyo. **Assentamentos rurais e agricultura familiar: processo de territorialização e perspectivas de auto-sustentação**. Geografia - Volume 12 - Número 1 - Jan/Jun. 2003.

VIEIRA, Iasmim de Araújo; SANTOS, Valquíria Severina dos. **Produções agroecológicas de mulheres no nordeste do Brasil: a experiência do movimento da mulher trabalhadora rural do nordeste**. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, 2014.

APÊNDICES

SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Total de entrevistas: 04

Maria Jovelina, casada, agricultora, aposentada, 70 anos;

Maria das Graças, agricultora e aposentada, divorciada, 61 anos;

Maria Irinalda, filha de posseiros, solteira, 28 anos;

Geilza da Silva, agricultora, casada, de 39 anos.

Categorias/conceitos	Perguntas	Respostas	Elementos para análise
Perfil das entrevistadas	Idades	A idade das entrevistadas é de 28 a 70 anos de idade.	
	Raça:	As entrevistadas tiveram respostas diferentes sobre essa pergunta. Uma entrevistada disse ser morena, duas responderam ser parda uma diz ser pálida.	As entrevistadas estão confusas quanto a sua raça.
	Escolaridade	Das 4 entrevistadas, duas possuem ensino médio e duas não possui escolaridade.	As entrevistadas mais jovens possuem escolaridade, no entanto com mais idade relataram dificuldades a ter acesso à educação.
	Situação conjugal	Duas entrevistadas são casadas, uma solteira e uma separada.	A maioria dos casamentos na comunidade são união estável, matrimônio oficial.
	Religião	Todas as entrevistadas disseram ser católica	Predominância do catolicismo no assentamento
	Renda Individual Renda Familiar	Das entrevistadas, apenas uma possui renda individual através da venda de trabalhos artesanais. Uma não possui e as outras duas classificam como	Necessidade de uma cooperativa na comunidade para geração de renda para as mulheres.

		renda extra benefício dado pelo governo. Na renda familiar a aposentadoria é a resposta da maioria.	
	Local de trabalho	Das 4 entrevistadas, 3 responderam que a terra é o seu lugar de trabalho.	As mulheres camponesas desenvolvem trabalhos braçais pesados no campo.
Participação política/organizativa	Participa de alguma organização social?	Das quatro entrevistas, apenas uma disse não participar de algum tipo de organização social dentro da comunidade. As três responderam que participam da Associação, porém não são assíduas ou ativas nas atividades desenvolvidas pela mesma.	As mulheres se sentem inibidas em participar das reuniões dando suas opiniões/sugestões.
	Quais motivos a levaram a ter esta participação?	As três entrevistadas que são afiliadas a associação tiveram respostas pouco consistentes nessa pergunta. Uma não soube responder e uma entrevista chegou até a dizer que foi somente para preencher vaga.	As mulheres parecem não entender o real motivo do que seja ter uma participação política ativa.
	Há quanto tempo a senhora mora na comunidade?	As respostas foram entre 18 anos a 35 anos.	
	Fazendo uma análise de sua chegada ao assentamento até os dias atuais, quais	Houve um consenso nas respostas para essa questão. As entrevistadas disseram que no início tinha dificuldades pois não era muito limitado a água distribuída no assentamento e não	É preciso pensar nas políticas provenientes da Reforma Agrária, após a distribuição dos lotes se passaram anos até que houvesse energia, luz e outros recursos

História das mulheres no Assentamento Casqueira I	mudanças foram mais significativas?	tinha energia elétrica.	necessários para uma vida digna.
	Em sua opinião, quais aspectos são mais negativos dentro da comunidade? O que poderia ser feito para melhorá-lo?	Houve novamente uma resposta unanime para esta questão. Todas disseram que um posto de saúde iria melhorar a vida no assentamento.	O aspecto mais negativo respondido pelas entrevistadas é a questão da saúde e o fato de ter que ir para a cidade em busca de atendimento.
	A senhora acredita que possa existir algum tipo de discriminação contra a mulher dentro da comunidade? De que forma?	Todas as entrevistadas alegam não ter nenhum tipo de discriminação contra a mulher.	
	A senhora participa das reuniões organizadas pela Associação dos moradores do assentamento? Com que frequência?	As entrevistadas em geral, não são assíduas nas reuniões. Apenas uma entrevistada que disse que participava de todas as reuniões da Associação.	As mulheres da comunidade não participam das reuniões, e quando participam são apenas expectadoras e dificilmente participam com opiniões ou nas decisões em debate.

	Na comunidade existe alguma cooperativa de mulheres? Se não, gostaria que houvesse?	Na comunidade não existe uma cooperativa, mas todas as entrevistadas disseram que gostaria que houvesse uma na vila.	Uma cooperativa não é apenas importante para geração de renda. Uma cooperativa, no caso de mulheres é importante para desenvolver a autonomia e, reconhecimento da mulher.
	Em sua opinião, o que falta para as mulheres dentro do assentamento conquistar mais espaço e serem mais valorizadas?	Elas acreditam que elas precisam ser mais valorizadas. Algo comum nas respostas a essa questão é que todas citaram a criação da cooperativa como forma de conseguir essa valorização.	